



# **NOVO FUNDEB**

## **PEC 15/2015**

**AUTORA: DEPUTADA RAQUEL MUNIZ**  
**RELATORA: DEPUTADA PROFESSORA DORINHA**



- Prazo de vigência atual do Fundeb: por 14 anos – acaba em 2020, a meio caminho do fim da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE- 2014-2024).
- Valor em 2019 (Art. 6º da Lei nº 11.494/2007 e Portaria Interministerial nº 7, de 28 de dezembro de 2018) - R\$14.345.693.314,48.
- Os estados transferem para os municípios em torno de 22 bilhões de reais. O fim do Fundeb traria uma grave situação para o financiamento da educação municipal.
- A lei disporá sobre nova ponderação: indicadores de nível socioeconômico dos educandos, regime de colaboração.
- Responsabilidade solidária dos entes federados – 208,§ 1.
- Assegurar a universalização, qualidade e equidade do ensino obrigatório - dever solidário – art. 211,§ 4º.



- Vedação do uso de recursos de MDE e salário-educação para pagamento de aposentadorias e pensões – 212, § 7º.
- Proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada Fundo destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.
- A lei disporá sobre: fórmula de cálculo do custo aluno qualidade, consideradas a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem recursos advindos do Fundeb e de outras fontes – inc. IX, “e”.
- No mínimo 15% (quinze por cento) no primeiro ano de vigência da Emenda Constitucional, ampliada progressivamente por acréscimo de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais a cada ano, até alcançar o valor equivalente a, no mínimo, 40% (trinta por cento) do total dos recursos.
- Insere na Constituição Federal parágrafo único no art. 193 para incluir o planejamento na ordem social para inserir o princípio da proibição do retrocesso no rol daqueles com base nos quais a educação será ministrada.



- Art. 1º. É inserido o seguinte parágrafo único no art. 193 da Constituição Federal:
- O Estado exercerá o planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade em sua formulação, acompanhamento contínuo, monitoramento e avaliação periódica. ”. (NR)
- Art. 206. Proibição do retrocesso, entendida como vedação da supressão ou diminuição de direitos a prestações sociais educacionais. ”. (NR)
- § 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e pensões. ” (NR)
- Os recursos referidos no inciso II do caput serão distribuídos entre cada Município, Estado e Distrito Federal proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido.

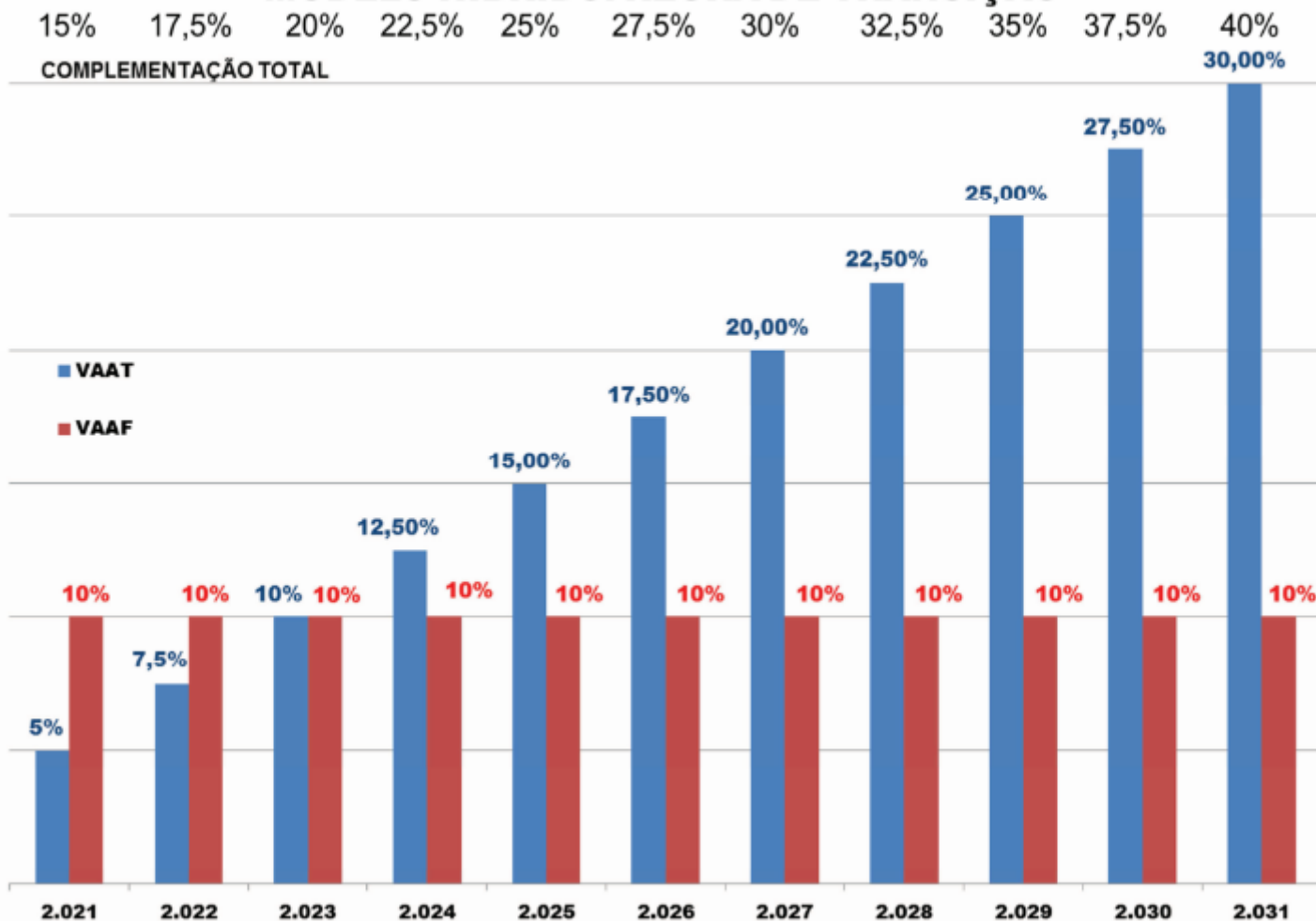


- A complementação da União será equivalente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo.
- A transparência, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos Fundos, assegurada a criação, manutenção e consolidação dos conselhos de acompanhamento e controle social e sua integração aos conselhos de educação.
- Proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.
- A complementação da União referida nos incisos IV e VI do art. 212-A da Constituição Federal será de, no mínimo 15% (quinze por cento) no primeiro ano de vigência desta Emenda Constitucional, ampliada progressivamente por acréscimo de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais a cada ano, até alcançar o valor equivalente a, no mínimo, 40% (trinta por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput do art. 212-A.” (NR)



# PEC 15/2015: COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO

## MODELO HÍBRIDO: REGRA DE TRANSIÇÃO



**PEC 15/2015: COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO POR UF**  
**MODELO HÍBRIDO - REGRA DE TRANSIÇÃO (R\$ MILHÃO)**

UF	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	VARIAÇÃO FINAL
	COMPLEM 10,0% VAAF	10,0% VAAF 5,0% VAAT	10,0% VAAF 7,5% VAAT	10,0% VAAF 10,0% VAAT	10,0% VAAF 12,5% VAAT	10,0% VAAF 15,0% VAAT	10,0% VAAF 17,5% VAAT	10,0% VAAF 20,0% VAAT	10,0% VAAF 22,5% VAAT	10,0% VAAF 25,0% VAAT	10,0% VAAF 27,5% VAAT	10,0% VAAF 30,0% VAAT	
BA	2.771,4	3.994,6	4.591,5	5.024,6	5.386,0	5.858,5	6.284,9	6.699,0	7.101,2	7.491,5	7.865,9	8.229,6	5.458,3
MG	-	48,3	190,3	656,5	1.219,4	1.733,4	2.218,1	2.700,1	3.184,8	3.668,9	4.133,4	4.586,2	4.586,2
MA	2.815,4	4.026,3	4.423,5	4.781,3	5.079,2	5.341,7	5.581,4	5.826,3	6.064,2	6.295,1	6.515,3	6.727,7	3.912,3
CE	1.605,7	2.521,7	2.919,3	3.202,1	3.425,1	3.626,7	3.873,6	4.113,4	4.346,4	4.572,5	4.793,8	5.025,6	3.419,9
PA	2.412,1	3.187,0	3.494,3	3.870,3	4.171,2	4.436,4	4.675,8	4.908,2	5.134,0	5.353,1	5.562,0	5.763,6	3.351,6
PE	782,4	1.347,7	1.651,8	1.937,5	2.260,7	2.547,8	2.806,8	3.058,4	3.302,7	3.539,9	3.766,0	3.984,1	3.201,8
AM	793,5	1.069,8	1.323,5	1.520,1	1.714,7	1.887,0	2.042,6	2.193,6	2.340,3	2.482,7	2.618,5	2.749,5	1.956,0
PR	-	-	10,4	44,2	90,4	172,2	415,8	662,5	908,9	1.153,4	1.391,9	1.629,1	1.629,1
PI	506,3	871,3	1.019,7	1.124,6	1.235,4	1.358,6	1.469,8	1.577,8	1.682,7	1.784,6	1.881,6	1.975,3	1.469,0
PB	259,1	525,4	658,5	819,6	958,3	1.080,7	1.191,2	1.298,5	1.402,7	1.510,0	1.615,2	1.716,7	1.457,6
AL	554,2	920,2	1.063,6	1.164,9	1.256,0	1.361,9	1.457,5	1.550,3	1.640,5	1.728,0	1.811,4	1.891,9	1.337,7
RN	10,6	138,6	230,2	299,6	370,3	465,9	552,3	636,2	717,7	796,8	872,2	944,9	934,4
MT	-	10,7	36,3	66,3	175,0	275,5	370,2	463,5	556,0	647,4	735,2	820,3	820,3
GO	-	1,3	15,8	43,5	80,1	119,5	160,4	205,4	252,0	312,1	366,3	558,0	558,0
RO	-	19,2	50,8	83,0	147,5	206,0	259,0	310,6	366,7	422,6	475,9	527,3	527,3
ES	-	0,7	22,4	72,9	125,8	180,7	235,4	294,1	353,5	411,3	466,3	519,7	519,7
RJ	-	-	3,3	25,7	51,9	94,1	138,6	195,7	256,9	326,3	398,4	474,4	474,4
SE	-	37,1	99,8	150,0	192,3	229,7	264,2	298,2	331,3	363,5	394,2	437,2	437,2
AC	-	42,8	66,5	83,4	120,1	158,5	193,1	226,7	259,4	291,1	322,8	354,7	354,7
TO	-	2,4	13,4	29,4	47,0	65,2	83,5	101,8	120,2	145,3	189,3	232,1	232,1
SC	-	-	-	1,0	5,9	15,4	30,2	57,2	94,3	134,9	176,7	221,2	221,2
MS	-	0,7	6,2	15,0	27,5	42,5	58,6	76,0	99,4	125,7	155,3	213,2	213,2
RS	-	-	-	-	0,7	7,4	20,9	38,4	59,3	89,6	128,4	172,2	172,2
SP	-	-	-	-	0,2	0,7	4,0	13,6	33,1	61,7	102,6	155,7	155,7
AP	-	-	2,5	5,6	8,1	10,2	14,3	21,4	43,3	68,3	92,2	115,3	115,3
RR	-	-	-	-	-	0,4	2,1	4,9	8,1	11,1	14,0	16,7	16,7
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12.510,6</b>	<b>18.765,9</b>	<b>21.893,6</b>	<b>25.021,3</b>	<b>28.148,9</b>	<b>31.276,6</b>	<b>34.404,2</b>	<b>37.531,9</b>	<b>40.659,5</b>	<b>43.787,2</b>	<b>46.914,9</b>	<b>50.042,5</b>	<b>37.531,9</b>
COMPLEM	10,0%	15,0%	17,5%	20,0%	22,5%	25,0%	27,5%	30,0%	32,5%	35,0%	37,5%	40,0%	
VAAT													
MÍNIMO (R\$)	<b>3.426</b>	<b>4.511</b>	<b>4.820</b>	<b>5.037</b>	<b>5.209</b>	<b>5.360</b>	<b>5.497</b>	<b>5.629</b>	<b>5.758</b>	<b>5.883</b>	<b>6.002</b>	<b>6.117</b>	
ACRÉSCIMO		32%	41%	47%	52%	56%	60%	64%	68%	72%	75%	79%	

Fonte: ET nº 24/2017-CONOF/CD. Simulação com base em dados de 2015. Valores atualizados para 2018.





**SUBSTITUTIVO À  
PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO  
15/2015**





Altera o art. 20 da Constituição Federal para dispor sobre a vinculação à educação de parcela dos recursos provenientes da participação no resultado ou de compensação financeira pela exploração mineral, incluídas as de petróleo e gás natural; altera os inciso I e II do art. 158, de forma a estabelecer critérios para a distribuição da cota municipal do ICMS; inclui o art. 163-A, de forma disciplinar a disponibilização, suas informações e dados contábeis pelos entes federados; insere na Constituição Federal parágrafo único no art. 193 para incluir o planejamento na ordem social; acrescenta § 4º no art. 208, para inserir o princípio da proibição do retrocesso no rol daqueles com base nos quais a educação será ministrada; altera a redação do § 4º e insere § 6º no art. 211; acrescenta §§ 7º, 8º e 9º no art. 212; e insere art. 212-A, de forma a tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, instrumento permanente de financiamento da educação básica pública; altera a redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e nele acrescenta art. 60-A, altera a redação do art. 107, § 6º, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

**As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:**



**Art. 1º.** O art. 20 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:  
“Art. 20.....

.....  
**§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão na educação pública, no mínimo, setenta e cinco por cento dos recursos provenientes da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração mineral, incluídas as de petróleo e gás natural. ” (NR)**

**Art. 2º.** O art. 158 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.158.....

.....  
*Parágrafo único*.....

**I – sessenta e cinco por cento, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;**



**II – até trinta e cinco por cento, de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, dez pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. ” (NR)**

**Art. 3º.** A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 163-A:

**“Art. 163-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, comparabilidade e publicidade aos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.**

***Parágrafo único.* O descumprimento do disposto neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, nos termos de lei complementar. ”**



**Art.6º** O art. 211 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 211.....

.....

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, **de modo a assegurar a universalização, qualidade e equidade do ensino obrigatório, responsabilidade solidária dos entes federados nos termos de lei complementar**, conforme o art. 23, parágrafo único.

.....

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.

**§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo terá como referência o custo aluno qualidade, nos termos do disposto na alínea “c” do inciso X do art. 212-A.” (NR)**





**Art. 7º** O art. 212 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:  
“Art. 212 .....

.....  
**§ 7º** É vedado o uso dos recursos referidos no *caput* e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e pensões.

**§ 8º** Na hipótese de extinção ou substituição de impostos, o montante dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino será equivalente, no mínimo, ao resultante da aplicação dos percentuais referidos no *caput*.





**V- a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do *caput*, distribuída da seguinte forma:**

**a) dez pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno, nos termos do inciso III do art. 212-A, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;**

**b) no mínimo, trinta pontos percentuais, em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno referido no inciso VI não alcançar o mínimo definido nacionalmente;**



- a) a organização dos Fundos e a distribuição proporcional de seus recursos**, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino;
- b) a forma de cálculo do valor por aluno decorrente do inciso III e do valor anual total por aluno referido no inciso VI;
- c) a metodologia de cálculo do custo aluno qualidade, consideradas a variedade e quantidade mínimas de insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem;**
- d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos Fundos, assegurada a criação, autonomia, manutenção e consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação;**



**§ 2º A Lei poderá adotar, para fins da distribuição de recursos, além das ponderações previstas na alínea “a” do inciso X:**

**I - ponderação relativa ao nível socioeconômico dos educandos, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo;**

**II - indicadores de potencial de arrecadação tributária e da disponibilidade de recursos vinculados à educação de cada ente federado.**

**§ 3º A distribuição de recursos da complementação da União deverá considerar o nível socioeconômico dos educandos, nos termos da alínea “a” do inciso X.”**

**Art. 9º** O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 60. A complementação da União referida no inciso IV do art. 212-A será implementada progressivamente até alcançar a proporção estabelecida no inciso V, *caput*, do art. 212-A, a partir do primeiro ano subsequente ao da vigência desta Emenda Constitucional, nos seguintes valores mínimos:**



- I – 15% (quinze por cento), no primeiro ano;**
- II – 17,5% (dezessete e cinco décimos por cento), no segundo ano;**
- III – 20% (vinte por cento), no terceiro ano;**
- IV – 22,5% (vinte e dois e cinco décimos por cento), no quarto ano;**
- V – 25% (vinte e cinco por cento), no quinto ano;**
- VI – 27,5% (vinte e sete e cinco décimos por cento), no sexto ano;**
- VII – 30% (trinta por cento), no sétimo ano;**
- VIII – 32,5% (trinta e dois e cinco décimos por cento), no oitavo ano;**
- IX – 35% (trinta e cinco por cento), no nono ano;**
- X – 37,5% (trinta e sete e cinco décimos por cento), no décimo ano;**
- XI – 40% (quarenta por cento), no décimo primeiro ano.**

***Parágrafo único.* O percentual de que trata o inciso VIII do art. 212-A será alcançado em dez anos, a partir do percentual de 20% no primeiro ano de vigência, com redução de um inteiro e vinte e cinco centésimos de ponto percentual a cada ano subsequente. ”**



**OBRIGADA!**